

“É UMA CENSURA DIFERENTE, MAS É CENSURA”: crise de hegemonia e controle das artes no Brasil (2019-2021)

Thiago de Sales Silva*
Matheus Alves Silva Gonçalves**

RESUMO: O presente artigo analisa, através da cobertura política da grande imprensa, o emprego de reiterados atos censórios promovidos contra o campo da cultura pelo governo de Jair Bolsonaro. Para entender a natureza desses impulsos autoritários, bem como sobre quais fundamentos eles se sustentam, traçamos paralelos com a censura praticada ao longo da ditadura militar pós-1964, a fim de apreender eventuais permanências e também transformações. Pretende-se, assim, compreender os episódios recentes não como eventos meramente individuais ou isolados, mas como sintomas concretos da vigente crise das democracias liberais, fenômeno que tem atravessado diferentes realidades nacionais.

PALAVRAS-CHAVE: Censura às artes; Crise de hegemonia; Governo Bolsonaro; Crise da democracia.

“It is a different kind of censorship, but still censorship”: crisis of hegemony and repression of art in Brazil (2019-2021)

ABSTRACT: This article analyzes, through the political coverage of the mainstream press, the use of repeated acts of censorship against the cultural fields by the government of Jair Bolsonaro. In order to understand the nature of these authoritarian impulses, as well as on what kind of fundamentals they are based, we draw parallels with the censorship practiced during the post-1964 military dictatorship while apprehending eventual permanencies and also transformations. It is intended, therefore, to understand the recent episodes not as merely individual or isolated events, but as concrete symptoms of the current crisis of liberal democracies, a phenomenon that has crossed different national realities.

KEYWORDS: Censorship of the arts; Hegemony crisis; Bolsonaro government; Crisis of democracy.

“Es una censura diferente, pero es censura”: crisis de hegemonía y control de las artes en Brasil (2019-2021)

RESUMEN: El presente artículo analiza, a través de la cobertura política de la prensa convencional, el uso de los reiterados actos de censura promovidos contra el ámbito de la cultura por el gobierno de Jair Bolsonaro. Para entender la naturaleza de estos impulsos autoritarios, así como sobre qué bases se sustentan, establecemos paralelismos con la censura practicada durante la dictadura militar posterior a 1964, para apreender las posibles permanencia y también transformaciones. Se pretende, así, entender los recientes episodios no como meros hechos individuales o aislados, sino como síntomas concretos de la actual crisis de las democracias liberales, un fenómeno que ha atravesado diferentes realidades nacionales.

PALABRAS-CLAVE: Censura de las artes; Crisis de hegemonía; Gobierno Bolsonaro; Crisis de la democracia.

* Mestre em História pela Universidade Federal do Ceará. Atualmente é Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Ceará e também é servidor Técnico-administrativo em Educação na mesma Universidade. Contato: Rua Waldery Uchoa, 01, Benfica, CEP 60020-110, Fortaleza-CE, Brasil. E-mail: thiago.sales@ufc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7914-1057>.

**Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás (UFG). Atualmente é auxiliar de atividades educativas na rede municipal de Goiânia e professor de História do Brasil no Cursinho Federal de Goiás. Contato: Rodovia Goiânia, Nova Veneza, km 8, Campus Samambaia, CEP 74690-900, Goiânia-GO, Brasil. E-mail: alvesmatheuss023@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4790-0845>.

A organização política grega, na antiguidade, era constituída por três níveis – as assembleias, que reuniam o conjunto dos cidadãos, os conselhos e os magistrados ocupantes de cargos públicos eletivos. Essa estrutura tripartite se remetia ao conceito de *politeia*, que nas línguas vernáculas foi traduzido pela noção de “constituição”. O apontamento em questão foi discutido em trabalho recente publicado pelos cientistas políticos André Singer, Cícero Araújo e Leonardo Belinelli¹. Conforme os autores, o termo é inspirado na metáfora médica referente à “imagem do corpo”. Nesse sentido, “a *polis*, como o corpo, seria um ser complexo constituído de diferentes ‘órgãos’, que só funcionam na medida em que são efetivamente ‘orgânicos’, isto é, ligados entre si numa relação de complementaridade e interdependência”². Além disso, esse organismo estaria sujeito a funcionamentos “saudáveis” ou “degradados”, balizados pelo respeito ou não ao interesse comum e por meio da obediência às normas estabelecidas pela totalidade dos cidadãos.

A fragilidade do ordenamento político, portanto, acentuaria os conflitos entre os diferentes segmentos sociais e desestabilizaria as instituições, enfraquecendo-as. Concordamos com Wendy Brown³ quando argumenta que somente o político, dimensão onde a existência comum é pensada, resguarda a possibilidade da democracia, entendida como o governo pelo povo, ou seja, uma partilha do poder que requer cultivo, renovação e apoio institucional.

Nos limites deste artigo, nos propomos a analisar uma manifestação em particular desse fenômeno, no cenário brasileiro: a emergência de casos envolvendo práticas de natureza censória no país, no âmbito da cultura, sobretudo após a chegada do governo de Jair Bolsonaro à Presidência, em 2019. A premissa é entender esses episódios para além de eventos meramente individuais ou isolados, demonstrando como eles se situam dentro de um projeto político de poder de viés conservador e autoritário. Para isso, a análise se debruçará sobre determinado segmento midiático da cobertura política no país, centrando-se em notícias publicadas em veículos eletrônicos da grande imprensa, tais como *Folha de S. Paulo*, *GI*, *UOL*, *Valor*, *CNN*, *R7*, dentre outros.

Pretende-se, assim, compreender essa censura contemporânea como um sintoma que deve ser situado no contexto da crise das democracias liberais, fenômeno que tem atravessado diferentes realidades nacionais. Além disso, pretendemos traçar, pontualmente, paralelos com o contexto da ditadura militar brasileira, com o objetivo de refletir acerca da recorrência

desses impulsos autoritários entre nós, em diferentes regimes políticos, bem como suas aproximações e distanciamentos.

É crucial entender, desse modo, a recente ascensão de grupos e ideias de extrema direita ao poder no âmbito internacional, os mecanismos mobilizados para legitimá-los, bem como os riscos que eles têm apresentado às democracias. Por extrema direita, compreendemos, conforme as contribuições de Michael Löwy, como um espectro político diverso que reúne desde legendas perfeitamente integradas no jogo institucional a partidos europeus abertamente neonazistas. As diferentes vertentes, contudo, partilham características em comum tais como nacionalismo, xenofobia, racismo, homofobia, ódio a imigrantes, ciganos, islamofobia e anticomunismo. Ademais, seriam, em grande medida, “favoráveis a medidas autoritárias contra ‘insegurança’ (usualmente associada a imigrantes) por meio do aumento da repressão policial, penas de prisão e pela reintrodução da pena de morte”⁴. A ênfase ou não em determinados elementos, entretanto, varia de acordo com cada experiência nacional.

A crise das democracias liberais em curso criou terreno fértil para a pulverização de tais grupos e se origina, essencialmente, a partir da premissa de que o gradual descrédito em torno da tradicional política representativa neoliberal consolidou um distanciamento corrosivo na relação entre governantes e governados. Manuel Castells considera que esse aspecto é central, pois a partir do fenômeno em questão criou-se um sentimento de desconfiança nas instituições e atingiu, sobretudo, a credibilidade de partidos políticos e seus respectivos agentes. Seria desse processo de onde se germinou lideranças que “negam as formas partidárias existentes e alteram de forma profunda a ordem política nacional e mundial”⁵. Para o autor, essa ordem política tem adotado formas múltiplas, quais sejam:

A subversão das instituições democráticas por caudilhos narcisistas que se apossam das molas do poder a partir da repugnância das pessoas com a podridão institucional; a manipulação midiática das esperanças frustradas por encantadores de serpentes; a renovação aparente e transitória da representação política através da cooptação dos projetos de mudança; a consolidação de máfias no poder e de teocracias fundamentalistas, aproveitando as estratégias geopolíticas dos poderes mundiais; a pura e simples volta à brutalidade irrestrita do Estado em boa parte do mundo, da Rússia à China, da África neocolonial aos neofascismos do Leste Europeu e às marés ditatoriais na América Latina. E, enfim, o entrancheamento no cinismo político, disfarçado de possibilismo realista, dos restos da política partidária como forma de representação. Uma lenta agonia daquilo que foi essa ordem política.⁶

No Brasil, a descrença em torno da questão da representação, a qual temos testemunhado, é anterior ao governo Bolsonaro. As eleições de políticos da extrema direita, identificados por pautas conservadoras, reacionárias e, em muitos casos, autoritárias, em quadros do executivo e legislativo, derivam de um quadro geral de instabilidade iniciado pela crise econômica mundial de 2008 e, no âmbito nacional, fortalecido através da cooptação das jornadas de junho de 2013⁷.

Vale lembrar que, em junho de 2013, atos organizados por coletivos ligados ao Movimento Passe-Livre (MPL), em cidades como São Paulo, Florianópolis, Recife, Salvador, Vitória, Goiânia e outras, reivindicaram a diminuição das tarifas do transporte público e se transformaram em grandes manifestações de rua por todo o país, sobretudo após respostas repressivas por parte do Estado, como ocorreu na capital paulista. Gradativamente, as reivindicações foram ampliadas e passaram a incorporar demandas concernentes à extensão e ao aumento dos direitos sociais como um todo. Segundo Gilberto Calil,

Os protestos expressaram, na imensa maioria das manifestações, sobretudo o profundo incômodo com a degradação das condições de vida e a reivindicação urgente por maiores investimentos em saúde e educação e pela ampliação dos direitos sociais básicos, aliados a um sentimento de repulsa à política institucional burocratizada e esvaziada de participação popular.⁸

Embora não tenha sido determinante, a mudança de posição de grandes veículos midiáticos, como *Estadão*, *Folha de S. Paulo* e Organizações Globo, estes que, como analisa Calil⁹, foram da criminalização geral do movimento ao elogio a manifestantes pacíficos, ordeiros e “anti-corrupção”, ajudam a compreender como se deu a diluição do conjunto de pautas. Os setores da imprensa liberal se empenharam em atribuir ao movimento, ainda que inicialmente sem sucesso, a defesa de reivindicações que escapavam à capilarizada luta por maiores investimentos nos serviços públicos, que na sequência questionou também os gastos com a Copa do Mundo de 2014.

A incorporação de programas reivindicativos diversos, a intensa criminalização de manifestantes de esquerda – contra os quais foram deflagradas operações policiais por todo o Brasil –, os equívocos no trato do governo federal com as manifestações e as dificuldades enfrentadas por organismos de esquerdas, não vinculados ao campo petista, na organização e disputa de atos cada vez mais amplos, criaram espaço para que as incipientes lideranças e movimentos de direita adentrassem a arena política. Com pautas genéricas ou de viés *liberal-conservador*, esses grupos ocuparam as ruas e se transformaram em força política relevante,

com o apoio da grande imprensa, de partidos políticos conservadores (alguns que se distanciaram do governo Dilma) e de *think tanks* ultraliberais, contribuindo para aumentar o desgaste da gestão petista. De forma prolongada, os efeitos dessa conjuntura atingiram o mandato de Dilma Rousseff e desencadearam sua destituição da Presidência por meio de um processo de *impeachment* controverso, em 2016¹⁰.

A gradativa de deterioração da política representativa foi conceituada por Antonio Gramsci por crise de hegemonia¹¹. Referindo-se aos partidos europeus e à ascensão do fascismo no período do entreguerras, o filósofo pontuou que, em determinados momentos históricos, os grupos sociais se distanciam de seus partidos tradicionais, pois estes deixam de ser reconhecidos como expressivos por sua classe ou fração de classe. Desse modo, considera que “quando se verificam estas crises, a situação imediata torna-se delicada e perigosa, pois abre-se o campo às soluções de força, à atividade de potências ocultas representadas pelos homens providenciais ou carismáticos”¹². No caso brasileiro, a gradual crise de hegemonia – ou, em sentido mais amplo, “crise do Estado em seu conjunto”¹³ – vivenciada pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) através de posições contínuas pela conciliação de classe e do distanciamento de sua base política¹⁴, agravada pela ação das grandes mídias, pelo papel de segmentos do judiciário com estímulos políticos e a mobilização de medos e ressentimentos entre seguimentos da classe média, abriu caminho para que outras forças buscassem ocupar esse espaço institucional.

Diante desse impasse, a solução orgânica a partir dos partidos tradicionais não se viabilizou, pois “a crise parece ser o momento no qual as personalidades políticas individuais, frequentemente demagógicas, emergem ou, pelo menos, se tornam mais visíveis”¹⁵. Na ausência de uma alternativa concreta de transformação social à esquerda ou da popularização de um projeto político que se contrapusesse ao avanço conservador, a extrema direita consolidou-se eleitoralmente.

É, portanto, perante a uma conjuntura de tensionamentos e incertezas políticas que o projeto de extrema direita apresentado pela candidatura de Jair Bolsonaro ganhou as urnas, contando com o apoio de grupos bastante heterogêneos, bem como de setores evangélicos, forças ligadas ao agronegócio e à questão da segurança pública. Capitão da reserva do Exército, o ex-presidente, que possuía uma trajetória parlamentar vinculada a pautas sindicais dos militares, sempre foi grande saudosista da ditadura militar, período drástico da história do país reconhecido por ele como “intervenção democrática”¹⁶.

Esse fenômeno, como sinalizamos acima, está longe de ser uma exclusividade brasileira. O aprofundamento do desgaste das democracias liberais ao redor do mundo tem sido bastante discutido, dentro e fora da esfera acadêmica. A proliferação de governos identificados por programas de extrema direita, seja na Europa, Estados Unidos ou América Latina, dentre os quais se notabilizam as gestões de Donald Trump e Bolsonaro, alçou ao debate a questão sobre que riscos as políticas defendidas por essas lideranças poderiam representar aos princípios ditos democráticos. No sentido de compreender essa questão, é necessário pontuar quais os indícios concretos de uma eventual escalada antidemocrática e o que está em jogo nesse processo. Conforme pontua o cientista político Adam Przeworski, os sinais visíveis de que a democracia liberal está em crise incluem

a perda súbita de apoio aos partidos estabelecidos, diminuição da confiança popular nas instituições democráticas e nos políticos, conflitos explícitos sobre instituições democráticas ou incapacidade de os governos manterem a ordem pública sem repressão.¹⁷

Os efeitos desse definhamento gradual podem variar bastante, porém, segundo defende o autor, o que mais tem assombrado nosso tempo é a iminente possibilidade de “uma deterioração imperceptível das instituições e normas democráticas, a subversão sub-reptícia da democracia, ‘o uso de mecanismos legais que existem em regimes com credenciais favoráveis para fins antidemocráticos’”¹⁸.

Problematizar as potenciais formas de violação dessa estrutura nos leva à definição de democracia adotada neste trabalho, haja vista a atual conjuntura da democracia liberal no Brasil. Partimos, assim, da concepção “minimalista” e “eleitoral” no sentido elaborado por Przewoewski, que entende a democracia como “um arranjo político no qual as pessoas escolhem governos por meio de eleições e têm uma razoável possibilidade de remover governos de que não gostem”, ou seja, “é simplesmente um sistema no qual ocupantes do governo perdem eleições e vão embora quando perdem”¹⁹. Nessa perspectiva, sem a plena garantia de que esses princípios estão seguros, todo o edifício estaria comprometido.

Consideramos que os episódios de censura analisados aqui compõem um amplo arco de ameaças ao jogo democrático disseminadas pelo governo Bolsonaro desde o início de sua gestão. Nos meses de março e maio de 2020, por exemplo, o ex-presidente participou presencialmente de atos antidemocráticos contrários à atuação do Congresso Nacional e do Supremo Tribunal Federal (STF) e favoráveis à uma intervenção militar no país, assegurando não “admitir mais interferência”²⁰. Em declaração posterior, Bolsonaro, afirmando-se como

“chefe supremo das Forças Armadas”, fez a seguinte referência à ditadura militar: “Nós vivemos um momento de 64 a 85, você pense o que aconteceu nesse período. A verdade incomoda muita gente. Não vou mudar minha maneira de ser, não vou fugir do meu papel”²¹.

A radicalização dessa postura autoritária ganhou as ruas do país no dia 7 de setembro de 2021, quando o próprio governo convocou parcelas da população simpáticas à sua gestão a protestar contra o STF e o Congresso Nacional. Participando presencialmente dos atos ocorridos em Brasília e na capital paulista, Bolsonaro discursou ao lado do então vice-presidente Hamilton Mourão e de vários de seus ministros, criticou os demais poderes da República, a atuação do Tribunal Superior Eleitoral e atacou diretamente o ministro Alexandre de Moraes do Supremo, ameaçando não mais cumprir suas decisões²². Mais recentemente, em pleno processo de pré-campanha para as eleições presidenciais de outubro de 2022, o ex-presidente, com o respaldo de seus apoiadores e de membros das Forças Armadas, realizou inúmeros ataques ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ameaçando, inclusive, a intervenção direta de militares no trabalho de apuração das urnas²³. Diante desse quadro, faz-se necessário ponderar até que ponto determinadas medidas se configuraram como sintomas tangíveis de que as instituições democráticas liberais concretamente foram ameaçadas.

Cabe situar, desde já, a ideia de censura no qual nos apoiamos. Robert Darnton²⁴, ao problematizar esse conceito, nos alerta sobre os riscos de se adotar uma definição por demais rígida, levando a entendê-la como fenômeno autônomo, que opera em toda parte e da mesma forma, a despeito do contexto. Ou seja, uma coisa em si. O historiador estadunidense pontua que a censura não pode ser banalizada e a considera como essencialmente política, operada pelo Estado. Defende, assim, uma visão mais abrangente, a partir de uma perspectiva de natureza etnográfica, na qual percebe a censura “como um sistema de controle que permeia as instituições, colore as relações humanas e alcança as engrenagens ocultas da alma”²⁵.

Se em *Censores em ação*, Darnton comparou sociedades distintas espacial e temporalmente – a monarquia do Bourbon na França do século XVIII, a atuação do governo britânico na Índia e a Alemanha oriental comunista, ambas no século XX –, neste artigo, examinamos uma mesma realidade nacional em períodos temporais contíguos. A especificidade de refletir sobre o exercício da censura durante a ditadura militar brasileira e a emergência de atos censórios hoje, exige de nossa análise atenção às formas pelas quais um ilumina o outro, de modo a identificar eventuais semelhanças, mas também diferenças. Em

suma, ambicionamos perceber como um mesmo problema atravessa duas realidades históricas diferentes²⁶.

Censura, politicamente (in)correto e a fragilidade do discurso político direitista

No Brasil, foi somente a Constituição de 1988, e não propriamente o término do regime militar, que pôs fim ao funcionamento censório que vigorou no país por várias décadas. O Art. 220 da Carta Magna pontua que “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição, observado o disposto [na] Constituição”. Em seguida, o parágrafo segundo desse artigo determina que “é vedada toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística”²⁷. A partir de então, a estrutura censória vigente até ali foi completamente desmantelada. A Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP), órgão subordinado à Polícia Federal e ao Ministério da Justiça, teve, finalmente, suas atividades encerradas e os censores, servidores públicos de carreira, foram realocados para outros órgãos e funções.

O fim institucional desse instrumento de controle, entretanto, não sepultou anseios oriundos de parcelas da sociedade que legitimavam sua atividade. Como questiona o historiador Carlos Fico, em artigo no qual estuda um conjunto de correspondências enviadas por pessoas comuns à Censura Federal, “para onde seriam enviadas as cartas dos guardiões da reta moral e dos costumes elevados?”²⁸. Nesse sentido, qual seria, na Nova República, o lugar das demandas censórias baseados no temor à flexibilização de comportamentos? E, ao mesmo tempo, em que medida a democracia que surgiu com a última Constituição está preparada para lidar com possíveis ameaças às liberdades, especialmente no campo da cultura? Quais as garantias da inviolabilidade desse princípio?

No Brasil do século XXI, a intensificação das admoestações estatais contra produções vistas como política ou moralmente desrespeitosas possuem uma série de pormenores. Cumpre recordar que, inerente à ascensão da extrema direita no país, esteve a suposta defesa da “liberdade de expressão irrestrita” em resposta a “patrulha” cultural esquerdista, acusada de ser responsável pelo tolhimento de temas, posturas e palavras utilizadas com frequência na vida privada/social do país²⁹. Na direção oposta desse discurso, avaliamos que as táticas de controle social, na verdade, fizeram e fazem parte da agenda dessa força política emergente, quer no âmbito do Estado, quer no espaço da sociedade civil.

Miremos o que houve na comédia brasileira. Entre 2012 e 2013, a criação do canal humorístico *Porta dos Fundos* lançou luz a temas que, no Brasil, não ocupavam o centro da discussão sobre os limites do humor, o que possivelmente contribuiu para o aumento das tensões na esfera pública. É o caso, como já é sabido, das piadas com religião³⁰ e corrupção policial³¹ que já resultaram em processos, ameaças e até atentados ao grupo³². Nestas pelejas, lideranças conservadoras da sociedade brasileira, identificadas com a emergente direita política das últimas décadas, defenderam restrições ao conteúdo humorístico³³. Ainda que o tipo de ação não fosse novidade, haja vista as represálias sofridas com frequência por conteúdos artísticos/humorísticos, os exemplos citados indicavam a movimentação dos setores conservadores da época. A relação conflituosa entre discurso e prática, ora supostamente defendendo a liberdade de expressão, ora exigindo maior controle social de piadas e esquetes humorísticas, fez parte do percurso de tal grupo político. O combate ao politicamente correto é elemento significativo na cruzada instaurada especialmente por frações mais radicais desse espectro. As ações são parte da agenda cultural reacionária que desempenhou papel substancial na vitória eleitoral de Jair Bolsonaro. Os autores Di Carlo e Kamradt³⁴, a partir de um trabalho cartográfico, analisaram os *Guias Politicamente Incorretos* e os posts em redes sociais do político carioca e identificaram, nessa retórica, uma tática indispensável para a popularização de Bolsonaro.

Sob a égide da chamada *cultura politicamente incorreta*, a nova direita³⁵ buscou recompor elementos do *status quo* ameaçados pelos direitos sociais adquiridos mediante a luta das minorias. Di Carlo e Kamradt³⁶ destacam, por exemplo, que o triunfo eleitoral de Donald Trump e o consequente alinhamento ideológico verificado em setores das lideranças políticas brasileiras, explicita o uso estratégico da narrativa do politicamente incorreto para além da realidade brasileira. Neste ponto cabe sublinhar, mais uma vez, a crise de representação dos partidos políticos em democracias liberais, resultado da ineficiência pragmática de tais organizações, o que abriu espaço para efeitos de degradação do debate político na esfera pública.

Sendo o politicamente correto entendido como “produto da (...) dilapidação da esfera pública, no sentido da necessidade de se estabelecer regras em razão de valores não ditos não serem mais capazes de regular as interações cotidianas”³⁷, a retórica do politicamente incorreto, por outro lado, é a defesa dessa dilapidação, um modo discursivo que reflete a crise dos partidos políticos, agentes que se mostram insuficientes na mediação de atritos sociais.

Segundo Di Carlo e Kamradt³⁸, a agressividade, ainda que instrumentalizada sob forma linguística, causa exclusão concreta, uma vez que reitera estigmas sociais. Entre aqueles que advogam pela linguagem incorreta não há, obviamente, a defesa da retórica como instrumento de exclusão. Afirmam-se no debate público como sujeitos sociais que caminham na contramão da esquerda, a ponto de proclamarem-se defensores do livre-pensamento, este que correria riscos diante da “mordaca” cultural progressista, ou seja, os supostos intentos de controle social sobre a população³⁹.

Após a nova direita (que se provou, na verdade, uma extrema direita reconfigurada) ter alcançado a chefia de Estado com a eleição de Jair Bolsonaro, os limites dessa narrativa ficaram explícitos, pois, a partir de 2019, a imprensa passou a sofrer reiteradas ameaças⁴⁰ e as produções artísticas (humorísticas) também têm sido constantemente admoestadas institucionalmente. Mesmo antes, porém, das eleições de 2018, casos sintomáticos já prenunciavam o enrijecimento institucional e/ou a intolerância de agentes da sociedade civil no que concerne a determinadas expressões artísticas, especialmente aquelas que pautavam temas de comportamento.

Em *Arte Censura Liberdade – Reflexões à luz do presente*, importante livro organizado por Luisa Duarte⁴¹, diversos autores dissecam a complexa conjectura política e sociocultural na qual manifestações artísticas passaram por processos censórios. Por ter sido publicado em 2018, o trabalho traz o panorama cultural anterior ao governo Bolsonaro e que, por isso mesmo, deve ser visto como momento em que houve a fertilização de muitas das tensões ideológicas que estavam por vir. Analisando especialmente o ano de 2017, com o fechamento antecipado da exposição *Queermuseu: Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, no Santander Cultural, em Porto Alegre, após intensa campanha de criminalização promovida por segmentos conservadores, o livro enfatiza, entre outros aspectos: como a veiculação descontextualizada de peças artísticas, em redes sociais, serve ao projeto conservador.

A obra destaca também a notável causalidade que há entre o avanço da extrema direita e o aumento dos casos de restrição às obras artísticas; as saídas de enfrentamento coletivo perante os novos agentes censórios, desde a judicialização de alguns casos (sobretudo quando colocada em risco a dignidade e a integridade de artistas e sujeitos das artes) e o apelo às instituições em defesa das livre manifestação artística até a necessidade de popularizar o consumo de expressões dessa natureza que muitas vezes ficam restritas a espaços elitizados; a forma como programas políticos autoritários têm, historicamente, se ocupado de impor

punições às artes e o modo como, nos últimos anos, o neoliberalismo e fascismo caminharam juntos em prol do cerceamento das liberdades.

No último ponto, cumpre lembrar que o Movimento Brasil Livre (MBL), que se lança ao embate político como organização liberal, foi o grande responsável pelo encerramento precoce da exposição *Queermuseu*. A mostra, que tematizava a diversidade sexual e de gênero, foi acusada de “promover zoofilia e pedofilia”. Após o fechamento, quando questionadas sobre a contradição que havia entre o discurso do movimento e os protestos contra as peças artísticas, liderança do MBL afirmaram não ver censura no ato⁴².

A ambiguidade existente na postura política da direita brasileira em relação à livre produção e circulação artística, já há algum tempo, indica a constante utilização do conceito de “politicamente correto” como bode expiatório. Os temores deste setor político acerca das linguagens cênicas, plásticas, performáticas, gráficas e sonoras, estão vinculados às diferentes perspectivas políticas, econômicas e socioculturais que a arte é capaz de condensar e apresentar, perspectivas essas que, em muitos casos, questionam a realidade de injustiça, exploração e intolerância que está posta. Segundo Sommer,

As artes sensibilizam para gerar novas percepções e outras relações de afeto, desestabilizando o que está posto como realidade estanque e gerando outras realidade possíveis. Em 2018 (...) os projetos culturais contemporâneos que debatem temas daqui com ênfase na (a)diversidade constituente ampliam debate sobre “O que é nosso para nós?”. Se reside no entendimento da nossa própria cultura uma das possibilidades para a criação de outros modelos políticos, cabe às artes também, em momentos de crise democrática, impulsionar estados de invenção para a criação de outras realidades possíveis.⁴³

Sendo assim, os papéis desempenhados pelas artes, em contextos similares aos que Sommer se refere, nos ajudam a averiguar as motivações da direita brasileira em movimentos que defendem atos censórios, o que foi novamente visto na governança de Jair Bolsonaro, mas desta vez com uma relevante distinção: trata-se do viés institucional, que voltou à baila nos últimos anos. Como veremos a seguir, na gerência de Jair Bolsonaro, ocorrerá o enorme aumento de exemplos de censura capitaneados pelo próprio Estado, na retomada do fenômeno impresso desde muito na história brasileira. Um levantamento realizado pelo Movimento Brasileiro Integrado pela Liberdade de Expressão Artística (Mobile) demonstrou o volume dessas intervenções. Segundo o referido relatório, o país registrou pelo menos 211 casos de censura, entre 2019 e 2021. Desse número, 192 eram ocorrências contra a cultura que partiram do Executivo federal. Em contrapartida, a pesquisa buscou por dados anteriores ao governo Bolsonaro e identificou apenas 16 registros entre 2016 e 2018⁴⁴.

Sintomas mórbidos: práticas de censura ontem e hoje

A ascensão da extrema direita no país, após a eleição de Bolsonaro à Presidência, ensejou forte intervenção sobre produções artísticas e culturais. Amparado em intenso discurso conservador, defendido por parte significativa de seus apoiadores, dentro e fora da política institucional, determinados aparelhos do Estado empregaram grande esforço no combate a produções que abordavam criticamente temas como racismo e homofobia, ou que discutiam questões como o feminismo, por exemplo. A dita “pauta dos costumes” parecia garantir certa popularidade entre determinadas parcelas da sociedade e, por essa razão, ocupou recorrentemente a agenda pública, por vezes se sobrepondo, inclusive, às demandas econômicas⁴⁵.

Um dos argumentos centrais que embasou a censura vigente no Brasil ao longo do século XX foi justamente a defesa da “moral” e dos “bons costumes”. Essa preocupação atravessou diferentes governos e tipos de regime, fossem democráticos ou autoritários. Desde o Estado Novo, por meio da institucionalização do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), passando pelo intervalo liberal democrático de 1946 a 1964 (no qual também ocorreram consistentes processos censórios), com a atuação do Serviço de Censura e Diversões Públicas (SCDP), até a apropriação desse instrumento pelo regime militar como um dos pilares de seu sistema repressivo, o tema da moral assumiu papel crucial no controle estatal sobre os comportamentos. Ancoradas na mobilização do medo como estratégia de legitimação, tais políticas marcaram a República de diferentes formas.

O temor em torno da “corrupção dos costumes” foi em grande medida alimentado pelo imaginário anticomunista presente no país pelo menos desde o início do século XX e profundamente estimulado durante o primeiro governo de Getúlio Vargas e nos antecedentes que levaram destituição de João Goulart, como nas Marchas com Deus pela Família e Liberdade. Conforme assevera Motta, “boa parte das preocupações dos anticomunistas voltava-se para a preservação da moral sexual e da estrutura familiar, que a pregação subversiva estaria colocando em risco”⁴⁶. O endurecimento da censura às diversões públicas, sobretudo após a decretação do AI-5, por exemplo, representa uma acentuação das tensões no que se refere à problemática da moral. Assim, no âmbito do regime militar

a retórica moralidade pública e dos bons costumes foi central na construção da estrutura ideológica que deu sustentação à ditadura de 1964. A defesa das tradições, a proteção da família, o cultivo dos valores religiosos cristãos foram todos, a um só tempo, motes que animaram uma verdadeira cruzada repressiva contra setores

classificados como indesejáveis e considerados ameaçadores à ordem moral e sexual então vigente.⁴⁷

No que concerne à censura, o argumento moralizante revestiu a legislação de forma veemente e orientou as deliberações no âmbito do órgão responsável por avaliar previamente e estabelecer vetos a obras teatrais, televisivas, cinematográficas, musicais etc. Portanto, para entender a censura das diversões públicas praticada no Brasil, sobretudo nos anos da ditadura, é imprescindível considerar o argumento dos costumes como um princípio fundamental. Todavia, apesar do conteúdo moral, concebemos que toda e qualquer censura é, necessariamente, de natureza política. Concordamos, nesse sentido, com as contribuições de Joan Scott⁴⁸, quando sublinha que o controle do comportamento faz pouco sentido em si mesmo, a menos que seja integrado numa análise da construção e consolidação do poder.

Décadas depois do processo de redemocratização, fundamentos semelhantes aos do regime militar passaram a justificar um novo controle sobre as artes. A investida do governo Bolsonaro contra o campo da cultura iniciou logo no primeiro dia após a posse, com a extinção do Ministério da Cultura, uma de suas promessas de campanha. A transformação da pasta em uma secretaria pertencente ao Ministério da Cidadania foi alvo de inúmeras críticas da classe intelectual e artística, que também havia protestado quando Michel Temer (MDB) tomou a mesma medida após assumir interinamente a Presidência em 2016. A decisão foi revertida dias depois, o que não se repetiu com Bolsonaro.

Na sequência, uma série de atos administrativos do Executivo foram denunciados como evidente exercício censório, tais como a intervenção na Empresa Brasil de Comunicação (EBC), entidade pública federal que gerencia um conglomerado de mídia estatal. Relatos de funcionários da empresa mencionam a censura a termos como “golpe” e “ditadura militar” para se referir ao regime de exceção que tomou o poder em 1964 e se estendeu por 21 anos. Conforme matéria publicada no portal de notícias UOL, as restrições se dirigiam a todos os temas que incomodavam o governo⁴⁹.

O campo do cinema também foi alvo de censura. Por meio da Agência Nacional de Cinema (Ancine), foram vetados investimentos em filmes com temática LGBTQIA+. Em pronunciamento em redes sociais, o próprio ex-presidente afirmou que realizou um “garimpo” nessas produções, a fim de evitar a aplicação de recursos através da Lei do Audiovisual⁵⁰. Além disso, o filme *Marighella*, dirigido por Wagner Moura, que estava com estreia prevista para 20 de novembro de 2019, Dia da Consciência Negra no Brasil, teve seu lançamento adiado mais de uma vez em virtude de entraves criados pela Ancine para a comercialização da

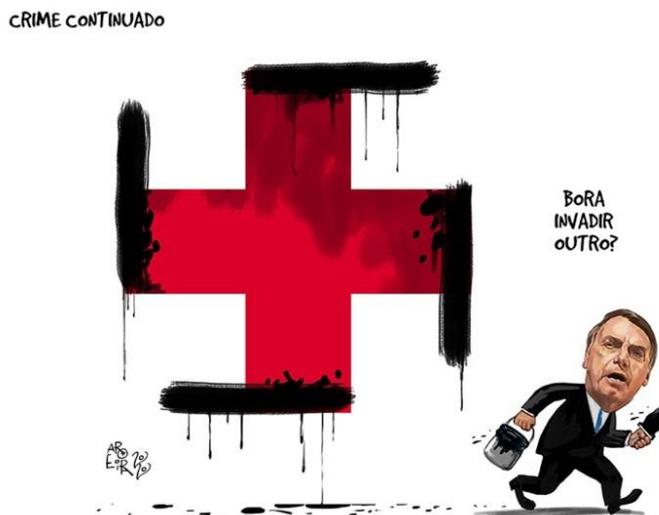
obra. Em entrevista, Moura afirmou que o governo usava instrumentos burocráticos para dificultar produções das quais discorda. Em suas palavras: “é uma censura diferente, mas é censura”⁵¹.

Em meio a essa série de casos, o então diretor da Secretaria Especial de Cultura protagonizou insólita polêmica. A pasta sofreu nova mudança e foi transferida do Ministério da Cidadania para o Ministério do Turismo, quando passou a ser dirigida pelo diretor de teatro Roberto Alvim, que foi demitido após pouco mais de dois meses no cargo devido a um aceno público ao nazismo. O secretário, ao anunciar o Prêmio Nacional das Artes, por meio de um vídeo divulgado nas redes sociais, reproduziu em seu pronunciamento trechos citados pelo ministro de propaganda da Alemanha nazista, Joseph Goebbels, exaltando o nacionalismo nas artes. Além disso, Alvim utilizou como trilha sonora, durante sua fala, a ópera intitulada *Lohengrin*, de Richard Wagner, compositor alemão celebrado por Adolf Hitler.

A atitude ganhou forte repercussão na imprensa e provocou uma onda de repúdio entre artistas, intelectuais, políticos e na comunidade judaica do país, levando à exoneração do secretário dias depois. Apesar da posterior suspensão do edital anunciado – que visava subsidiar peças, exposições e produções literárias –, sua veiculação por meio de exacerbada ênfase nacionalista, com manifestada afinidade autoritária, demonstrou publicamente quais prioridades estavam reservadas à área.

Verifica-se também o verniz censório, atrelado à gestão bolsonarista, na solicitação de abertura de investigação contra o cartunista Renato Aroeira e o jornalista Ricardo Noblat realizada pelo Ministério da Justiça e destinada à Política Federal e à Procuradoria Geral da República com base na antiga Lei de Segurança Nacional (LSN)⁵², em razão da veiculação de uma charge contra a postura do ex-presidente na condução do país durante a pandemia de COVID-19⁵³. Bem como a suspensão, em Porto Alegre, da exposição de charges críticas ao chefe do Estado brasileiro, determinação que partiu de Mônica Leal (PP), presidente da Câmara Municipal⁵⁴; além de manifestações do Secretário da Cultura, Mário Frias, e da Secretaria de Comunicação do Governo Federal contra a esquete satírica produzida pelo humorista Marcelo Adnet, que escarnecia uma propaganda encabeçada pelo secretário⁵⁵. Mesmo que instrumentalizadas por outros meandros institucionais e midiáticos, as ações eram similares a artifícios censórios, ainda que a utilização do termo seja sempre passível de debate, uma vez que legalmente a censura política oficial inexistia.

Figura 1 – Charge de Renato Aroeira publicada no *Brasil 247* replicada por Ricardo Noblat em *O Globo*.



Fonte: AROEIRA, Renato. *Crime continuado*. *Brasil 247*, 14 de jun. de 2020.

De todos esses casos citados, consideramos que o primeiro merece atenção especial. A utilização de uma lei da Ditadura Militar, durante um regime político definido como *democrático*, contra o trabalho de um cartunista, é talvez uma das situações mais emblemáticas e explícitas dessa nova fase da censura no país. Na época, o Ministério da Justiça era chefiado por André Mendonça, que pouco depois conseguiu uma vaga no Supremo Tribunal Federal após indicação de Bolsonaro. Para Mendonça, a charge de Renato Aroeira e a sua replicação na coluna do jornalista Ricardo Noblat, excediam os limites do direito de livre expressão, haja vista que atentariam contra a honra do Presidente da República⁵⁶.

A peça artística em questão trazia Bolsonaro, dentro de um hospital, transformando com tinta preta a Cruz Vermelha (símbolo vinculado à área da saúde) em uma suástica nazista. Na legenda, lê-se: “Bora invadir outro?”. No período, o ex-presidente havia conclamado seus apoiadores a invadirem hospitais para denunciar leitos de UTI vazios, inferindo, portanto, a má utilização dos recursos públicos enviados pelo governo federal no combate à COVID-19. Deste modo, buscava-se transferir a responsabilidade da calamidade sanitária para prefeitos e governadores, além de minimizar a gravidade da pandemia, discursos que o ex-presidente jamais abandonou.

Após o anúncio do pedido de investigação, Aroeira recebeu apoio de diversos artistas e personagens da política brasileira, mas sobretudo de outros cartunistas, que reproduziram a charge polêmica a partir de seus próprios traços. Em 2021, a justiça tomou uma decisão sobre

o caso. A juíza federal Pollyanna Kelly Alves, da 12ª Vara Federal em Brasília, arquivou o inquérito, pois entendeu que apesar do mau gosto da peça, “as condutas investigadas, tanto a do cartunista que produziu a charge, quanto a do jornalista que a replicou, consubstanciam exercício do direito à livre manifestação do pensamento e expressão”⁵⁷.

Uma matéria da *Folha de S. Paulo*, quando da resolução do caso, avaliou a frequência em que o governo Bolsonaro vinha abrindo inquéritos, inclusive a partir da LSN. A reportagem aponta que, entre 2019 e o início de 2021, o governo federal abriu 84 inquéritos, número que representa quase o dobro da soma dos quatro anos anteriores, nas gestões de Dilma e Temer. Em sua maioria, os alvos eram adversários políticos do ex-presidente, evidenciando o aparelhamento ideológico de órgãos de governo⁵⁸.

Em 2019, o STF convocou uma audiência pública para discutir uma ação movida pelo partido Rede Sustentabilidade, que acusava o governo Bolsonaro de promover censura contra a cultura. A representação judicial contestava, especificamente, a transferência do Conselho Superior de Cinema do Ministério da Cidadania para a Casa Civil e o acentuado corte de verbas em agências públicas de fomento à arte. Na ocasião, Caetano Veloso, um dos artistas a discursar, comparou a atual interferência com a época da ditadura:

O governo dirá que não proíbe arte, que não está prendendo ou interrogando autores, que artistas são perfeitamente livres para expressarem suas ideias, sua sexualidade, suas religiões. Não existe mais um departamento de censura, não existe mais o cargo de censor, que o Estado não pretende impedir a difusão de obra alguma. Ao contrário do passado, o Estado apenas se reserva o direito de não financiar artistas e temáticas que estejam em desacordo com o projeto eleito nas urnas pela maioria do povo.⁵⁹

Nesse sentido, é crucial apreendermos as diferentes maneiras como a censura é exercida e materializada, em conformidade com as demandas e os mecanismos do tempo em que emerge. As contribuições de Meize Lucas nos auxiliam nessa direção. A historiadora considera ser fundamental entender a censura como

uma ação articulada com instâncias governamentais, setores da sociedade civil e baseada em um pensamento que fundamentava a ideologia de Estado. Ideologia esta, em considerável medida, calcada na ideia da existência de um inimigo interno a ser combatido.⁶⁰

Por um lado, é necessário demarcar as distinções entre o exercício do veto vigente durante a ditadura, conduzido por um órgão público a serviço do regime, e as tentativas de interdição advindas do aparato estatal mais recentemente. Por outro, a estratégia de eleger um inimigo e enfrentá-lo por vias institucionais parece ser um elemento em comum entre ambas

as experiências. Além, é claro, de encontrarem ressonância em segmentos da sociedade, nos dois contextos.

Durante a ditadura militar, a forte ofensiva contra o comunismo foi um dos principais argumentos norteadores da política de segurança nacional e da atividade do aparelho repressivo. Para os agentes do regime, a guerra contra esse inimigo deveria ser travada também no campo dos costumes, tendo em vista que a infiltração de ideias e valores ditos comunistas, no país, poderiam “destruir a família” e, por conseguinte, “desagregar a sociedade”.

A revitalização do ímpeto censório nos últimos anos, embora mobilizado por retórica semelhante, personifica-se, por sua vez, a partir de pautas de movimentos sociais e no modo como elas se expressam na arte. A mobilização de esforços para coibir determinados comportamentos ou ideologias supostamente contrários ao “interesse nacional” almeja construir legitimidades e dar coesão a bandeiras conservadoras e autoritárias com histórico lastro social. Do ponto de vista da forma, o sufocamento financeiro de produções consideradas indesejadas tomou o lugar da verificação prévia realizada outrora.

Ao optar pelo emprego de determinados atalhos administrativos, burocráticos ou jurídicos com a finalidade de vetar ou inviabilizar expressões artísticas que destoam da ideologia do governo, inaugura-se um meio sub-reptício de estabelecer o crivo censório. Como sinaliza Przeworski, “as democracias não dispõem de mecanismos institucionais que impedem que elas sejam subvertidas por governos devidamente eleitos segundo normas constitucionais”⁶¹. Assim, órgãos públicos, agências de fomento ou instâncias reguladoras estatais podem ser instrumentalizados para finalidades nitidamente antidemocráticas. Nas palavras do autor, a sub-repção é

um processo pelo qual o governo adota certas medidas, nenhuma delas manifestamente inconstitucional ou antidemocrática, mas que acumuladas destroem pouco a pouco a capacidade da oposição de tirá-lo do cargo ou ampliam sua liberdade de formulação política.⁶²

Tendo em vista que o efeito da sub-repção é obscurecer o perigo a longo prazo, torna-se imprescindível questionar o verniz legal de deliberações capazes de impor limites quaisquer às liberdades.

O apelo a arbitrariedades como estas demonstra, nos termos de Gramsci⁶³, um desequilíbrio da combinação entre força e consenso, elementos que, para o filósofo, são constitutivos do exercício ordinário da hegemonia e fundamentam a própria definição do

Estado moderno. A combinação dessas duas dimensões deve ser compreendida como uma unidade orgânica, de modo que seria impossível separar a condição de existência do poder político – a força – de sua condição de legitimidade – o consenso⁶⁴. Gramsci concebia a referida unidade a partir da metáfora da natureza dúplice da figura mitológica do centauro, “ferina e humana”, “da autoridade e da hegemonia”, “da violência e da civilidade”, aspectos, portanto, indissociáveis⁶⁵.

Uma vez que a classe dirigente faz uso proeminente da coerção (característica do Estado-força), em detrimento do consenso, que deveria ser arrancado da classe subjugada através dos organismos da sociedade civil (imprensa, veículos publicitários, mercado editorial, entre outros), evidencia-se, portanto, um acirramento da crise de hegemonia, que seria o resultado do fracasso de algum grande empreendimento político, aliado ao emprego de soluções de força. Sob este prisma, se por um lado a eleição do projeto de extrema direita é fruto de uma crise de hegemonia que lhe é anterior, o sufocamento das liberdades, ainda que sub-reptício, expressa o aprofundamento desse processo. Na medida em que o novo grupo no poder faz uso imperativo de um instrumento como a censura, o exercício da força suplanta o consenso⁶⁶.

A recorrência dos ataques ao campo da cultura, como o emprego de mecanismos institucionais de silenciamento e a perseguição declarada a manifestações artísticas que oferecessem resistência ao governo, deve ser compreendida como uma derivação da crise de representação acentuada pelo projeto eleito em 2018, inspirado notoriamente pelo discurso autoritário.

Diante desse panorama, recorreremos novamente ao diagnóstico de Gramsci. Como asseverou o filósofo, a crise de hegemonia “consiste justamente no fato de que o velho morre e o novo não pode nascer: neste interregno, verificam-se os fenômenos patológicos mais variados”⁶⁷. Os recorrentes episódios de censura promovidos contra a cultura, os quais assistimos nos últimos anos, são, dessa forma, apenas um dentre os múltiplos sintomas mórbidos resultantes das vulnerabilidades da democracia liberal brasileira. Afinal, conforme questiona o autor, o interregno, a crise cuja solução historicamente normal é assim impedida, será resolvida necessariamente em favor de uma restauração do velho?”⁶⁸. Acreditamos que não.

Conclusões

A busca do projeto do governo Bolsonaro por tornar-se uma força capaz de se perpetuar eleitoralmente no poder se deparou com algo totalmente imprevisto: a grave crise sanitária provocada pela pandemia do novo coronavírus. A aposta desastrosa no discurso negacionista, ignorando evidências científicas e estratégias básicas como o isolamento social e a aquisição antecipada de vacinas, trouxe ao país, dois anos após a confirmação da primeira morte pela doença, à marca de mais de 650 mil vítimas. Aliado a isso, o desemprego em massa, o aumento desenfreado da fome e dos índices inflacionários, assim como a ausência de perspectivas para grandes parcelas da população pôs em xeque a suposta eficácia da solução neoliberal defendida pela equipe econômica do Executivo.

Não à toa, a crescente instabilidade política e econômica produzidas naquele contexto ensejaram, por parte da Presidência, práticas repressivas contra mobilizações críticas que apontavam a responsabilidade do governo federal em relação às milhares de vidas perdidas para a COVID-19 no país. Além de reiteradas ameaças do uso da força como forma de se sobrepor ao sistema de freios e contrapesos imposto pelas instituições.

Por outro lado, a anulação das condenações de Luiz Inácio Lula da Silva pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal, que declarou, em abril de 2021, a 13ª Vara da Justiça Federal de Curitiba incompetente para julgá-lo, o tornou elegível e viabilizou sua candidatura à presidência em 2022⁶⁹. De volta à arena política, Lula passou a liderar as principais pesquisas de intenção de voto a partir de então, até lançar oficialmente sua candidatura, apostando na construção de uma frente ampla contra o projeto militarista, conservador e autoritário de Bolsonaro. Após uma disputa eleitoral turbulenta e bastante acirrada, o candidato do Partido dos Trabalhadores foi eleito no segundo turno com mais de 60 milhões de votos (50,9% do total) para seu terceiro mandato.

Com o apoio em peso de vários segmentos da classe artística e cultural do país, Lula prometeu, em campanha, recriar o Ministério da Cultura e voltar a investir em grandes projetos na área. Nesse sentido, indicou a cantora e compositora baiana Margareth Menezes como ministra e garantiu maior orçamento para a pasta em seu primeiro ano de mandato, atendendo aos apelos do setor⁷⁰. Acreditamos que o combate à institucionalização sub-reptícia da censura passa, entretanto, não só pela atenção e apoio à pluralidade de manifestações culturais do país, mas também pela revogação de medidas que restrinjam o fomento federal a

abordagem de determinados temas, nas variadas formas de expressão artística, como assistimos no governo anterior.

Conforme enfatizamos anteriormente, o ataque às liberdades, por meio da censura às artes, bem como as reiteradas ameaças de ruptura institucional promovidas pelo governo Bolsonaro e por seus apoiadores, são constituintes da deterioração de nossa democracia liberal. O risco do prolongamento de um interregno daquela natureza, como alerta Nancy Fraser, poderia “condenar os trabalhadores de todas as convicções e todas as cores a tensões crescentes e ao declínio da saúde; ao aumento do endividamento e ao acesso ao trabalho; ao *apartheid* de classe e à insegurança social”, além da eclosão de “surto de violência seguidos de arroubos de repressão”⁷¹. A derrota nas urnas, todavia, não deve ser encarada como o desfecho desse processo, na medida em que a extrema direita brasileira permaneceu como uma força política relevante, capaz de mobilizar grandes segmentos da população e de ser uma opção (ainda) eleitoralmente viável. Por outro lado, o projeto conciliatório de classes petista, experimentado anteriormente, já provou ser incapaz de garantir estabilidade política e econômica de forma duradoura. Portanto, concordamos com Fraser⁷² quando defende que a mudança só pode vir de outro lugar, isto é, de um projeto contra-hegemônico que seja, no mínimo, antineoliberal, se não anticapitalista.

Notas

¹ SINGER, André; ARAUJO, Cícero; BELINELLI, Leonardo. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

² *Ibid.*, p. 40.

³ BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

⁴ LÖWY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, 2015, p. 653-654.

⁵ CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar 2018, p. 8.

⁶ *Ibid.*, p. 144-145.

⁷ ARCARY, Valerio. A cooptação de junho de 2013, oito anos depois. *Jacobin Brasil*, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/a-cooptacao-de-junho-de-2013-oito-anos-depois/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

⁸ CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, 2013, p. 391.

⁹ *Ibid.*

¹⁰ Sobre as forças políticas liberais envolvidas na defesa do impeachment de Dilma Rousseff, ver: ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

¹¹ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2017.

¹² *Ibid.*, p. 60-61.

¹³ *Ibid.*, p.61.

¹⁴ ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.

- ¹⁵ BIANCHI, Álvaro. Classe política e crise da democracia na crítica de Antonio Gramsci. *Tempo Social*, v. 31, n. 2. 2019, p. 23.
- ¹⁶ BOLSONARO chama ditadura militar brasileira de “intervenção democrática”. *R7*, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-chama-ditadura-militar-brasileira-de-intervencao-democratica-31032015>. Acesso em : 15 abr. 2022.
- ¹⁷ PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020, p. 15.
- ¹⁸ *Ibid.*, p. 16.
- ¹⁹ *Ibid.*, p. 12.
- ²⁰ BOLSONARO volta a apoiar ato antidemocrático e diz que não vai mais “admitir interferência”. *G1*, Brasília, 3 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/03/manifestantes-fazem-carreata-pro-bolsonaro-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2021.
- ²¹ MURAKAWA, Fábio. Bolsonaro diz que é ‘chefe supremo’ das Forças Armadas e que não é hora de criticar general. *Valor*, Brasília, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/03/11/bolsonaro-diz-que-chefe-supremo-das-foras-armadas-e-que-no-hora-de-criticar-general.ghtml>. Acesso: 14 abr. 2021.
- ²² No STF, Alexandre de Moraes é responsável por julgar o inquérito que apura a organização e o financiamento dos atos antidemocráticos ocorridos no país em 2020, que já levou à prisão aliados do governo e militantes bolsonaristas (Ver: BOLSONARO ATACA..., 2021).
- ²³ BOLSONARO volta a atacar eleições e diz que Forças Armadas querem contar votos. *Isto é Dinheiro*, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-volta-a-atacar-7/>. Acesso em: 10 mai. 2022.
- ²⁴ DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.
- ²⁵ *Ibid.*, p. 291.
- ²⁶ BARROS, José D`Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- ²⁷ BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 8 abr. 2021.
- ²⁸ FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 251-286, set. 2002, p. 278.
- ²⁹ “O politicamente correto, nascendo de uma preocupação que não deixa de ser consistente, se transformou numa verdadeira censura fascista do pensamento público” (PONDÉ, 2012) afirmou o filósofo Luiz Felipe Pondé à Folha de S. Paulo no ano de 2012. Pondé integra o conjunto de intelectuais do campo liberal conservador que desenvolveu extenso conteúdo crítico ao que se definiu como politicamente correto. Em obras como *Contra Um Mundo Melhor: Ensaios do Afeto* (2010) e *Guia Politicamente Incorreto da Filosofia* (2012), empregou uma posição teórica de combate ao suposto monopólio da virtude adotado na defesa de comportamentos e narrativas entendidas como impositoras de condutas morais progressistas.
- ³⁰ VÍDEO do Porta dos Fundos será investigado após pedido de Feliciano. *G1*, São Paulo, 29 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2014/01/video-do-porta-dos-fundos-sera-investigado-apos-pedido-de-feliciano.html>. Acesso em: 6 dez. 2021.
- ³¹ APÓS ameaça em blog, Porta dos Fundos reforça crítica a PM corrupto. *G1*, Rio de Janeiro, 7 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/apos-ameaca-em-blog-porta-dos-fundos-reforca-critica-pm-corrupto.html>. Acesso em: 20 set. 2021.
- ³² ATAQUE ao Porta dos Fundos: As polêmicas do especial de Natal e repercussão internacional. *Rolling Stone*, São Paulo, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/ataque-ao-porta-dos-fundos-polemicas-do-especial-de-natal-e-repercussao-internacional/>. Acesso em: 20 set. 2021.
- ³³ Ver: PORCHAT recebe ameaças por vídeo do Porta dos Fundos que critica PMs. *Terra*, 8 fev. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/porchat-recebe-ameacas-por-video-do-porta-dos-fundos-que-critica-pms,4cf1694907114410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 7 fev. 2023; MALAFAIA desafia Porta dos Fundos a ‘fazer vídeo com Maomé Gay’. *O Globo*, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/malafai-a-desafia-porta-dos-fundos-fazer-video-com-maome-gay-1-24164797>. Acesso em: 7 fev. 2023.
- ³⁴ DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, p. 55-72, 2018.
- ³⁵ Fabio Gentile (2018, p. 95-96) pontua que a nova direita brasileira, que se consolidou após o ciclo de protestos iniciados em junho de 2013 e o *impeachment* de Dilma Rousseff, é constituída por três grandes vertentes: “os pentecostais, que passaram a interagir na política institucional desde a década de 1970, os institutos liberais,

criados por forças empresariais para difundir o neoliberalismo no Brasil desde a década de 1980), e o movimento articulado em torno da figura de Jair Bolsonaro”.

³⁶ DI CARLO; KAMRADT, Op. Cit.

³⁷ *Ibid.*, p. 62.

³⁸ *Ibid.*

³⁹ *Ibid.*, p. 56.

⁴⁰ ALESSI, Gil. Casos de censura à imprensa no Brasil expõem clima de “degradação da liberdade”. *El País*, São Paulo, 8 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-08/casos-de-censura-a-imprensa-no-brasil-expoem-clima-de-degradacao-da-liberdade.html>. Acesso em: 1 mai. 2022.

⁴¹ DUARTE, Luisa (org.). *Arte, Censura, Liberdade: Reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

⁴² Em entrevista à *Veja* durante o contexto de proibição, Paula Cassol, coordenadora do MBL no Rio Grande do Sul, e uma das organizadoras da campanha contra a mostra, afirmou: “Não vejo censura de baixo pra cima. Na verdade, há uma *revolta popular* contra o conteúdo que foi colocado na exposição (...) Se fosse censura, seria censura do governo em não permitir que a exposição fosse realizada”. A entrevista demonstra que uma das posições adotadas pelo MBL em relação ao fechamento foi de transferir a responsabilidade para outros setores da sociedade civil e questionar o entendimento de censura, já que os protestos contra as peças artísticas teriam sido iniciadas por indivíduos ou organizações que não integram o Estado. O MBL, porém, foi a organização que, desde o início, tomou a frente da campanha crítica e conclamou seguidores a participarem da iniciativa. A repercussão do caso foi determinante, por exemplo, para que agentes do poder público, como Marcelo Crivella, o prefeito do Rio de Janeiro à época, impusessem dificuldades à montagem da exposição na capital fluminense (Ver: SPERB, 2017; ARTISTAS..., 2017).

⁴³ SOMMER, Michelle. Notas sobre um projeto cultural brasileiro e nossa (a)diversidade constituinte. In: Luisa Duarte (org.). *Arte, censura, liberdade: reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018, p. 85.

⁴⁴ VALENTE, Rubens. País teve 211 casos de censura e ataques à cultura em 3 anos, diz relatório. *UOL*, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/03/17/cultura-censura-ataques-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 7 fev. 2023.

⁴⁵ CARDIM, Maria Eduarda; CALCAGNO, Luiz. Pautas de costumes se sobrepõem à economia no governo Bolsonaro. *Correio Brasiliense*, 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/08/interna_politica,748059/pautas-de-custumes-se-sobrepoem-a-economia-no-governo-bolsonaro.shtml. Acesso em: 7 fev. 2023.

⁴⁶ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000, p. 91.

⁴⁷ QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017, p. 25-26.

⁴⁸ SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

⁴⁹ MADEIRO, Carlos. Nova TV Brasil é marcada por denúncias de censura e “overdose de governo”. *UOL*, Maceió, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/25/nova-tv-brasil-e-marcada-por-denuncias-de-censura-e-overdose-de-governo.htm>. Acesso: 9 abr. de 2021.

⁵⁰ BOLSONARO diz que ‘garimpou’ e vetou filmes com temática LGBT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-diz-que-garimpou-e-vetou-filmes-com-tematica-lgbt.shtml>. Acesso em: 10 abr. 2021.

⁵¹ MOURA, Wagner. “Marighella” não é caso isolado, Cultura está sob censura, diz Wagner Moura. Entrevista concedida a Leonardo Sakamoto. *UOL*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/01/14/marighella-nao-e-caso-isolado-cultura-esta-sob-censura-diz-wagner-moura.htm>. Acesso: 10 abr. 2021.

⁵² Ao final de 2021, o Congresso aprovou a revogação da Lei de Segurança Nacional (de 1983), mudança que, com alguns vetos, foi sancionada pela Presidência da República. A urgência na revisão da legislação pode ser entendida como resultado de sua constante aplicação nos últimos anos, especialmente contra críticos do governo Bolsonaro, o que gerou polêmica ao evidenciar o caráter político empregado nas ações judiciais, uma vez que estas contribuíam para o cerceamento das liberdades de adversários políticos. Após a modificação, passaram a vigorar novos crimes, estes são ligados a temas similares e estão sendo incorporados ao Código Penal.

⁵³ Ver: CARVALHO, Daniel. Governo usa Lei de Segurança Nacional para investigar jornalista que publicou charge de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/governo-usa-lei-de-seguranca-nacional-para-investigar-jornalista->

que-publicou-charge-de-bolsonaro.shtml. Acesso em: 27 jun. 2021; ALVES, Chico. Aroeira, sobre charge de Bolsonaro e suástica: "Deram mais visibilidade". *UOL*, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/06/16/aroeira-sobre-charge-de-bolsonaro-e-suastica-deram-mais-visibilidade.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

⁵⁴ SPERB, Paula. 'Não vejo censura', diz dirigente do MBL sobre fim da mostra. *Revista Veja*, Porto Alegre, 11 set. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/nao-vejo-censura-diz-coordenadora-do-mbl-sobre-fim-de-mostra/>. Acesso em: 25 abr. 2022.

⁵⁵ ADNET parodia ação do governo e é criticado por Frias e Secom: 'Frouxo'. *UOL*, São Paulo, 5 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/05/adnet-parodia-acao-do-governo-e-e-criticado-por-frias-e-secom-palhaco.htm>. Acesso em: 5 mai. 2022.

⁵⁶ COELHO, Gabriela. MJ defende no STF inquérito contra chargista que ligou Bolsonaro ao nazismo. *CNN Brasil*, Brasília, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mj-defende-no-stf-inquerito-contra-chargista-que-ligou-bolsonaro-ao-nazismo/>. Acesso em: 1 mai. 2022.

⁵⁷ No entendimento da juíza, ainda que o Presidente da República seja, segundo a lei, símbolo da unidade e da existência nacional, nem sempre uma expressão injuriosa contra ele significará lesão real ou ameaça potencial que se enquadre na Lei de Segurança Nacional (Ver: ROCHA, Marcelo. Justiça arquiva inquérito para apurar conduta de cartunista e jornalista com base na Lei de Segurança Nacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/justica-arquiva-inquerito-para-apurar-conduta-de-cartunista-e-jornalista-com-base-na-lei-de-seguranca-nacional.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2022).

⁵⁸ *Ibid.*

⁵⁹ SOUZA, Renato. Artistas reclamam ao STF que decreto de Bolsonaro é censura. *Correio Brasiliense*, 5 nov. 2019. Disponível em:

https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/05/interna_politica,803759/artistas-reclamam-ao-stf-que-decreto-de-bolsonaro-e-censura.shtml. Acesso: 12 abr. 2021.

⁶⁰ LUCAS, Meize. Imagens sob suspeita: a censura e suas negociações no Brasil em tempos de ditadura (1964-1985). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Vol 60, 2020, p. 385.

⁶¹ PRZEWORSKI, *Op. Cit.*, p. 90.

⁶² *Ibid.*, p. 93.

⁶³ GRAMSCI, *Op. Cit.*, 2017.

⁶⁴ BIANCHI, Álvaro. *Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

⁶⁵ GRAMSCI, *Op. Cit.*, p. 34.

⁶⁶ *Ibid.*

⁶⁷ *Ibid.*, p. 187.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 187.

⁶⁹ De acordo com o entendimento com a maioria dos juízes da corte, as ações penais que embasaram a prisão de Lula, relativas aos casos do triplex do Guarujá, do sítio de Atibaia e do Instituto Lula, não se enquadravam no contexto da Operação Lava Jato, portanto não poderiam ter sido julgadas por Sérgio Moro, juiz responsável pela apuração acerca dos desvios no âmbito da Petrobrás.

⁷⁰ BLUM, Barbara; MORAES, Carolina. Ministério da Cultura terá orçamento recorde de mais de R\$ 10 bilhões em 2023. *Valor Investe*, São Paulo e Brasília, 27 de dez. de 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/12/27/ministerio-da-cultura-ter-orcamento-recorde-de-mais-de-r-10-bilhoes-em-2023.ghtml>. Acesso em: 29 de jan. 2023.

⁷¹ FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020, p. 69.

⁷² *Ibid.*

Referências

ADNET parodia ação do governo e é criticado por Frias e Secom: 'Frouxo'. *UOL*, São Paulo, 5 set. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2020/09/05/adnet-parodia-acao-do-governo-e-e-criticado-por-frias-e-secom-palhaco.htm>. Acesso em: 5 mai. 2022.

ALESSI, Gil. Casos de censura à imprensa no Brasil expõem clima de “degradação da liberdade”. *El País*, São Paulo, 8 set. 2020. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-08/casos-de-censura-a-imprensa-no-brasil-expoem-clima-de-degradacao-da-liberdade.html>. Acesso em: 1 mai. 2022.

ALVES, Chico. Aroeira, sobre charge de Bolsonaro e suástica: "Deram mais visibilidade". *UOL*, São Paulo, 16 jun. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/chico-alves/2020/06/16/aroeria-sobre-charge-de-bolsonaro-e-suastica-deram-mais-visibilidade.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.

ANDERSON, Perry. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.
APÓS ameaça em blog, Porta dos Fundos reforça crítica a PM corrupto. *G1*, Rio de Janeiro, 7 fev. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/02/apos-ameaca-em-blog-porta-dos-fundos-reforca-critica-pm-corrupto.html>. Acesso em: 20 set. 2021.

ARCARY, Valerio. A cooptação de junho de 2013, oito anos depois. *Jacobin Brasil*, 16 jun. 2021. Disponível em: <https://jacobin.com.br/2021/06/a-cooptacao-de-junho-de-2013-oito-anos-depois/>. Acesso em: 7 fev. 2023.

AROEIRA, Renato. Crime continuado. *Brasil 247*, 14 de jun. de 2020. Charge. Disponível em: <https://www.brasil247.com/charges/crime-continuado>. Acesso em: 8 mai. 2022.

ARTISTAS e políticos se manifestam sobre a exposição ‘Queermuseu’. *G1*, 4 mar. 2017. Disponível em: <https://g1.globo.com/pop-arte/noticia/artistas-e-politicos-se-manifestam-sobre-a-exposicao-queermuseu.ghtml>. Acesso em: 25 abr. 2022.

ATAQUE ao Porta dos Fundos: As polêmicas do especial de Natal e repercussão internacional. *Rolling Stone*, São Paulo, 27 dez. 2019. Disponível em: <https://rollingstone.uol.com.br/noticia/ataque-ao-porta-dos-fundos-polemicas-do-especial-de-natal-e-repercussao-internacional/>. Acesso em: 20 set. 2021.

BARROS, José D`Assunção. *História comparada*. Petrópolis: Vozes, 2014.

BIANCHI, Álvaro. *Laboratório de Gramsci: filosofia, história e política*. Porto Alegre: Zouk, 2018.

BIANCHI, Álvaro. Classe política e crise da democracia na crítica de Antonio Gramsci. *Tempo Social*, v. 31, n. 2. 2019.

BLUM, Barbara; MORAES, Carolina. Ministério da Cultura terá orçamento recorde de mais de R\$ 10 bilhões em 2023. *Valor Investe*, São Paulo e Brasília, 27 de dez. de 2022. Disponível em: <https://valorinveste.globo.com/mercados/brasil-e-politica/noticia/2022/12/27/ministerio-da-cultura-ter-orcamento-recorde-de-mais-de-r-10-bilhes-em-2023.ghtml>. Acesso em: 29 de jan. 2023.

BOLSONARO chama ditadura militar brasileira de “intervenção democrática”. *R7*, 31 mar. 2015. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-chama-ditadura-militar-brasileira-de-intervencao-democratica-31032015>. Acesso em : 15 abr. 2022.

BOLSONARO ATACA Alexandre de Moraes e diz que não cumprirá mais decisões do ministro do STF. *G1*, São Paulo, 7 set. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/09/07/bolsonaro-ataca-alexandre-de-moraes-e-diz-que-ministro-tem-tempo-para-se-redimir-ou-se-enquadra-ou-pede-para-sair.ghtml>. Acesso em: 11 mar. 2022.

BOLSONARO diz que ‘garimpou’ e vetou filmes com temática LGBT. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 16 ago. de 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2019/08/bolsonaro-diz-que-garimpou-e-vetou-filmes-com-tematica-lgbt.shtml> Acesso em: 10 abr. 2021.

BOLSONARO volta a apoiar ato antidemocrático e diz que não vai mais “admitir interferência”. *G1*, Brasília, 3 mai. 2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/df/distrito-federal/noticia/2020/05/03/manifestantes-fazem-carreata-pro-bolsonaro-na-esplanada-dos-ministerios-em-brasilia.ghtml>. Acesso em: 14 abr. 2021.

BOLSONARO volta a atacar eleições e diz que Forças Armadas querem contar votos. *Isto é Dinheiro*, Brasília, 27 abr. 2022. Disponível em: <https://www.istoedinheiro.com.br/bolsonaro-volta-a-atacar-7/>. Acesso em: 10 mai. 2022.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. DF: Presidência da República. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso: 8 abr. 2021.

BROWN, Wendy. *Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente*. São Paulo: Editora Filosófica Politeia, 2019.

CALIL, Gilberto. Embates e disputas em torno das jornadas de junho. *Projeto História*, São Paulo, n. 47, 2013.

CARDIM, Maria Eduarda; CALCAGNO, Luiz. Pautas de costumes se sobrepõem à economia no governo Bolsonaro. *Correio Brasiliense*, 8 abr. 2019. Disponível em: https://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/politica/2019/04/08/interna_politica,748059/pautas-de-costumes-se-sobrepoem-a-economia-no-governo-bolsonaro.shtml. Acesso em: 7 fev. 2023.

CARVALHO, Daniel. Governo usa Lei de Segurança Nacional para investigar jornalista que publicou charge de Bolsonaro. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 15 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/06/governo-usa-lei-de-seguranca-nacional-para-investigar-jornalista-que-publicou-charge-de-bolsonaro.shtml>. Acesso em: 27 jun. 2021.

CASTELLS, Manuel. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar 2018.

COELHO, Gabriela. MJ defende no STF inquérito contra chargista que ligou Bolsonaro ao nazismo. *CNN Brasil*, Brasília, 15 jul. 2020. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/mj-defende-no-stf-inquerito-contra-chargista-que-ligou-bolsonaro-ao-nazismo/>. Acesso em: 1 mai. 2022.

DARNTON, Robert. *Censores em ação: como os estados influenciaram a literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

DI CARLO, Josnei; KAMRADT, João. Bolsonaro e a cultura do politicamente incorreto na política brasileira. *Teoria e Cultura*, Juiz de Fora, v. 13, p. 55-72, 2018.

DUARTE, Luisa (org.). *Arte, Censura, Liberdade: Reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

FICO, Carlos. “Prezada Censura”: Cartas ao Regime Militar. *Topoi – Revista de História*, Rio de Janeiro: UFRJ, n. 5, p. 251-286, set. 2002.

FRASER, Nancy. *O velho está morrendo e o novo não pode nascer*. São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

GENTILE, Fabio. A direita brasileira em perspectiva histórica. *Plural*, São Paulo, v. 25 (1), 2018.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, V. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira 2017.

LOVY, Michael. Conservadorismo e extrema-direita na Europa e no Brasil. *Serviço Social e Sociedade*. São Paulo, n. 124, 2015.

LUCAS, Meize. Imagens sob suspeita: a censura e suas negociações no Brasil em tempos de ditadura (1964-1985). *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Porto, Vol 60, 2020.

MADEIRO, Carlos. Nova TV Brasil é marcada por denúncias de censura e “overdose de governo”. *UOL*, Maceió, 25 abr. 2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2019/04/25/nova-tv-brasil-e-marcada-por-denuncias-de-censura-e-overdose-de-governo.htm>. Acesso: 9 abr. de 2021.

MALAFAIA desafia Porta dos Fundos a ‘fazer vídeo com Maomé Gay’. *O Globo*, 30 dez. 2019. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/epoca/malafaia-desafia-porta-dos-fundos-fazer-video-com-maome-gay-1-24164797>. Acesso em: 7 fev. 2023.

MOURA, Wagner. “Marighella” não é caso isolado, Cultura está sob censura, diz Wagner Moura. Entrevista concedida a Leonardo Sakamoto. *UOL*, 14 jan. 2020. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/leonardo-sakamoto/2020/01/14/marighella-nao-e-caso-isolado-cultura-esta-sob-censura-diz-wagner-moura.htm>. Acesso: 10 abr. 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. 2020. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

MURAKAWA, Fábio. Bolsonaro diz que é ‘chefe supremo’ das Forças Armadas e que não é hora de criticar general. *Valor*, Brasília, 11 mar. 2021. Disponível em: <https://valor.globo.com/politica/noticia/2021/03/11/bolsonaro-diz-que-chefe-supremo-das-foras-armadas-e-que-no-hora-de-criticar-general.ghtml>. Acesso: 14 abr. 2021.

PONDÉ, Luiz Felipe. ‘Politicamente correto é censura fascista’. Entrevista concedida a Fabio Andrighetto. *Folha de S. Paulo*, 29 mar. 2012. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/livrariadafolha/1069148-politicamente-correto-e-censura-fascista-ouca-luiz-felipe-ponde.shtml>. Acesso em: 3 mai. 2022.

PORCHAT recebe ameaças por vídeo do Porta dos Fundos que critica PMs. *Terra*, 8 fev. 2014. Disponível em: <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/policia/porchat-recebe-ameacas-por-video-do-porta-dos-fundos-que-critica-pms,4cf1694907114410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>. Acesso em: 7 fev. 2023.

PRZEWORSKI, Adam. *Crises da democracia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

QUINALHA, Renan Honório. *Contra a moral e os bons costumes: a política sexual da ditadura brasileira (1964-1988)*. 2017. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

ROCHA, Camila. “Imposto é roubo!” A formação de um contrapúblico ultraliberal e os protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff. *Dados*, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

ROCHA, Marcelo. Justiça arquiva inquérito para apurar conduta de cartunista e jornalista com base na Lei de Segurança Nacional. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 26 mai. 2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2021/05/justica-arquiva-inquerito-para-apurar-conduta-de-cartunista-e-jornalista-com-base-na-lei-de-seguranca-nacional.shtml>. Acesso em: 20 abr. 2022.

SCOTT, Joan Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação e Realidade*. Porto Alegre, vol. 20, nº 2, 1995.

SINGER, André; ARAUJO, Cicero; BELINELLI, Leonardo. *Estado e democracia: uma introdução ao estudo da política*. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOMMER, Michelle. Notas sobre um projeto cultural brasileiro e nossa (a)diversidade constituinte. In: Luisa Duarte (org.). *Arte, censura, liberdade: reflexões à luz do presente*. Rio de Janeiro: Editora Cobogó, 2018.

SOUZA, Renato. Artistas reclamam ao STF que decreto de Bolsonaro é censura. *Correio Brasiliense*, 5 nov. 2019. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/11/05/interna_politica,803759/artistas-reclamam-ao-stf-que-decreto-de-bolsonaro-e-censura.shtml. Acesso: 12 abr. 2021.

SPERB, Paula. ‘Não vejo censura’, diz dirigente do MBL sobre fim da mostra. *Revista Veja*, Porto Alegre, 11 set. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/rio-grande-do-sul/nao-vejo-censura-diz-coordenadora-do-mbl-sobre-fim-de-mostra/>. Acesso em: 25 abr. 2022

SPERB, Paula. Câmara dos Vereadores censura exposição de charges críticas a Bolsonaro em Porto Alegre. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 4 set. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/09/camara-censura-exposicao-de-charges-criticas-a-bolsonaro-em-porto-alegre.shtml>. Acesso em: 2 de mai. 2022.

VALENTE, Rubens. País teve 211 casos de censura e ataques à cultura em 3 anos, diz relatório. *UOL*, 17 mar. 2022. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/colunas/rubens-valente/2022/03/17/cultura-censura-ataques-governo-bolsonaro.htm>. Acesso em: 7 fev. 2023.

VÍDEO do Porta dos Fundos será investigado após pedido de Feliciano. *G1*, São Paulo, 29 jan. 2014. Disponível em: <http://g1.globo.com/pop-arte/noticia/2014/01/video-do-porta-dos-fundos-sera-investigado-apos-pedido-de-feliciano.html>. Acesso em: 6 dez. 2021.